

Confiança interpessoal e engajamento cívico: Uma análise correlacional

Interpersonal Confidence and civic engagement: a correlational analysis.

Alexandre José Bernardo*

Lucio Rennó Junior**

Resumo

O presente estudo foi realizado com 2.449 moradores/eleitores da cidade de Juiz de Fora / MG durante o período de março de 2002, período este chamado de pré-eleitoral. Nosso estudo buscava correlacionar as variáveis confiança interpessoal e engajamento cívico. Além disto, também pretendíamos verificar a existência de uma bidimensionalidade do conceito de confiança interpessoal. Encontramos que a confiança interpessoal possui realmente uma bidimensionalidade dividida em confiança particularizada e confiança generalizada. Também encontramos que a confiança particularizada não possui qualquer relação com o engajamento cívico, e por outro lado a confiança generalizada tem relação diretamente proporcional ao engajamento, isto é quanto maior o nível de confiança generalizada maior será o engajamento cívico e certamente isto refletirá sobre a democracia.

Palavras-chaves: Confiança interpessoal, bidimensionalidade, engajamento cívico.

Abstract

The present study was carried out with 2499 residents/voters of Juiz de Fora city/MG along March 2002, pre-electoral period. Our study aimed to correlate interpersonal confidence variables with civic engagement. Besides that we also pretended to verify the bidimensionality of the interpersonal confidence concept. We found that interpersonal confidence does have a divided bidimensionality in particularised confidence and generalised confidence. It was also found that particularised confidence does not have any relationship with civic engagement, and on the other hand generalised confidence has a direct proportional relationship with civic engagement, that is the higher the level of generalised confidence the higher the civic engagement and certainly this will reflect on democracy.

Key-Words: Interpersonal Confidence, bidimensionality, civic engagement.

* Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora – MG.

Contato: ajbernardo@hotmail.com

** University of Pittsburgh, Pittsburgh, USA.

O capital social

Definição de capital social

O conceito de capital social, definido como algo que se refere às instituições, relações e normas que delimitam a qualidade e a quantidade de interações sociais de uma sociedade, permite explorar aspectos que são pertinentes tanto ao estudo da

psicologia política quanto das ciências sociais. Trabalhar-se-á o conceito de capital social e suas aplicações sob a perspectiva da psicologia política. Portanto, serão abordados os aspectos subjetivos que motivam e impulsionam o comportamento político concreto de cidadãos da cidade de Juiz de Fora.

Há uma busca pela contextualização das variáveis de estudo que, além de

aspectos subjetivos dos fenômenos políticos, são considerados por muitos como importantes medidas do capital social: a confiança interpessoal e o engajamento cívico. Analisar-se-ão como fator puramente subjetivo sensações de confiança em outras pessoas, que afetam um comportamento concreto de indivíduos, participação em entidades da sociedade civil organizada.

Porém, o que denomina-se capital social? Inicia-se o estudo a partir de uma noção mais restrita até atingir-se uma noção mais ampla. O capital social pode ser definido como sendo uma “série de associações entre pessoas, incluídas aqui redes e normas sociais que afetam a produtividade e o bem-estar da comunidade” (Portes e Landholt, 1996, p. 20). Isto é, onde há capital social e onde há clima de assistência mútua e cooperação, bens privados e públicos são gerados com menos conflito e menos perdas. O capital social tem a função de facilitar a coordenação e a cooperação mútua.

2) As medidas de capital social: verdade ou ilusão?

O capital social pode ser medido de varias maneiras, ainda que, por distintas razões, não seja possível nem desejável atingir uma única e “verdadeira” medida.

Algumas dificuldades foram encontradas no que tange a medida de capital social. São elas: definições mais amplas do capital social são multidimensionais e incorporam distintos níveis e unidades de análise; qualquer tentativa de medir as propriedades de conceitos ambíguos, como comunidade, rede e organização, é problemática; se têm feito poucos esforços no sentido de medir o capital social, o que faz com que os investigadores contemporâneos utilizem índices aproximados, como a medida de confiança, os índices de intenção de voto, o índice de participação em

organizações cívicas e o número de horas de voluntariado.

A mensuração do capital social pode ser difícil, mas não impossível. Numerosos e excelentes estudos têm identificado úteis variáveis numéricas de capital social mediante o uso de distintos tipos e combinações de metodologias de investigação qualitativas, comparativas e quantitativas.

Uma das modalidades existentes é o estudo comparativo que busca uma complementaridade entre o estudo qualitativo e o quantitativo.

Um bom exemplo deste tipo de estudo foi realizado por Putnam (1993, p.28) quando “examinou o capital social em termos do grau de participação na sociedade civil, como medida utilizada: o número de votantes”, que para a realidade brasileira deve ser desconsiderado, pois o fato de o voto ser obrigatório enviesa qualquer representatividade da amostra.

Outro indicador utilizado por Putnam (1993) neste estudo citado é o número de leitores de periódicos, membros de grupos políticos e sociais e confiança nas instituições públicas. Um bom achado da pesquisa de Putnam “refere-se ao fato de que no norte da Itália, onde todos os indicadores de capital social são altos, existem taxas significativamente mais elevadas de governabilidade, de rendimento institucional e de desenvolvimento”.

Recentemente nos Estados Unidos, Putnam (1995) utilizou um enfoque similar, combinando informação de fontes acadêmicas e comerciais para demonstrar a queda em longo prazo das reservas de capital social. Putnam (1995) validou a informação recolhida de várias fontes frente aos dados da Escala Social Geral, reconhecida amplamente como uma das mais fidedignas sobre a vida social americana.

2.3) Algumas teorias importantes sobre o capital social

O teórico Putnam (1993; 1995) trabalha algumas variáveis relacionadas ao capital social e tem se aprofundado sobre ativismo político, ou engajamento cívico, como ele prefere chamar. Em suas obras encontram-se referências ao fenômeno do “Bowling Alone”, que corresponderia ao “Jogar Boliche Sozinho”. Com isto, ele quer fazer alusão a uma prática engajada que estaria se tornando individual, uma espécie de abandono do coletivo em função do individual. Este fenômeno que vem acontecendo na sociedade americana é chamado de desengajamento cívico.

Heller (1996, p. A-11) afirma que o “engajamento cívico está declinando, e que uma das possíveis razões para isto, a principal para ele, seria a televisão que substitui, em parte, a vida social”. Outra razão apresentada por Putnam (1995, p. 31) é:

“... que pessoas nascidas nas três primeiras décadas deste século eram mais ligadas a grupos cívicos e exibiam uma maior confiança social. Esta geração pré II Guerra Mundial está sendo suplantada por gerações sem aptidão para comprar, votar ou confiar.”

Apresenta-se aqui uma correlação entre falta de confiança e declínio de engajamento. Embora a confiança a que Putnam se refira seja o sentimento de segurança.

Outro pesquisador que discute o capital social como um pilar de sustentação da sociedade é Inglehart (2000). Este por sua vez faz uma interessante aproximação conceitual entre o capital social, a confiança interpessoal e o engajamento cívico.

Para Inglehart (2000, p. 217) “a cultura de confiança e tolerância faz com que uma rede de associações voluntárias emerja. Estas redes são conseqüências de pessoas confiantes umas nas outras, que trabalham para

que o produto desta associação também emerja”.

Este teórico é muito importante neste estudo por tecer algumas considerações que permeiam as definições e o objetivo do estudo. De acordo com Inglehart (2000, p.219), esta emergência de associações voluntárias, ou melhor dizendo, atitudes cívicas, está diretamente relacionada ao nível de confiança interpessoal apresentado pelos indivíduos de uma determinada sociedade.

O autor também sugere que este seja um ciclo que se retroalimenta, isto é, “pessoas que confiam umas nas outras formam / participam de associações em situações em geral, e estas, por sua vez, fazem com que as pessoas confiem mais umas nas outras” (Inglehart, 1997 apud Rose, 1998). O “capital social (isto é, a confiança interpessoal) exerce um papel fundamental no cenário de cooperação política e econômica” (Inglehart, 1997, apud Rose, 1998, p.24). Sua proposição é chamada de “síndrome de cultura cívica”. Pode-se concluir que a “confiança interpessoal é um requisito para a formação de associações voluntárias e é essencial para a ativação política de cidadãos” (Inglehart, 1997, apud Rose, 1998, p.44).

3) Confiança interpessoal ou confianças interpessoais?

3.1) Definições e medidas

Sendo de fundamental importância para o estudo da democracia, o conceito de confiança interpessoal é uma das variáveis mais estudadas no campo da psicologia política, bem como quando se fala em capital social.

O conceito de confiança parece, a priori, um tanto quanto subjetivo e de difícil apreensão, mas Rennó (2000, p.785) definiu bem este conceito como sendo “um componente básico de um padrão cultural que estimula a ativação política e a mobilização de indivíduos, aumentando a responsividade e

accountability do sistema político”. O argumento é que quanto mais confiáveis os cidadãos, mais inclinados estão para se envolverem em associações voluntárias. O aumento na participação política, por sua vez, conduz a um maior apreço pelo sistema político democrático. Em resumo, sem confiança interpessoal as chances de mobilização coletiva diminuem e sem participação política dos cidadãos, mais frágil é a democracia.

Por ser uma variável dicotômica, a forma mais usada para sua mensuração é aquela apresentada por Inglehart (2000) no World Values Survey: "Em geral, você diria que a maior parte das pessoas é confiável?" (p. 221). Muitos estudos utilizaram-se desta forma de medição e afirmam que a medida é válida. Contudo "estudos que usam esse indicador de confiança interpessoal na América Latina encontram resultados inconsistentes". (Rennó, 2000) diferente do proposto por Inglehart (2000).

Existem também outras formas de medir a confiança interpessoal utilizando-se de variações da "Faith in People Scale" desenvolvida, em 1956, por Rosenberg e, posteriormente, utilizada na série de *surveys* da população americana realizada pelo National Opinion Research Center - NORC da Universidade de Chicago, (*General Social Survey* – GSS) citadas por Rennó (2000).

Um estudo que muito interessa foi realizado por Brehm e Rahn (1997) que se basearam em escalas fatoriais. Eles encontraram algumas relações estatísticas fracas entre confiança e engajamento cívico. Os estudos de Putnam (1995) sobre o declínio de capital social nos Estados Unidos utilizaram apenas um dos itens dicotômicos.

Outro estudo que utilizou os três itens citados acima foi o projeto *Monitoring the Future* (MF), baseado em amostras de alunos do segundo grau

nos Estados Unidos, também coordenado pelo NORC e desenvolvido por Rahn e Transue (1998). Este estudo trata de um trabalho distinto do GSS devido a algumas diferenças: o questionário é auto-aplicável, e a opção "Não Sabe", oferecida no GSS, não está entre as alternativas de respostas (Smith, 1997:174). Os resultados obtidos por Rahn e Transue (1998) não são drasticamente distintos dos alcançados por Brehm e Rahn (1997) no que concerne o efeito da confiança interpessoal.

A diferenciação de instrumentos para medição da confiança interpessoal possibilita uma conclusão, "os resultados logrados são fortemente condicionados pelas escolhas de operacionalização dos conceitos" (Rennó, 2000). Outro reforçador desta posição é Smith (1997), que afirma "que até mesmo a localização das perguntas sobre confiança interpessoal no questionário do GSS variou ao longo dos anos. A variação nos itens que precedem as perguntas sobre confiança interpessoal parece influenciar as respostas oferecidas para estas".

Devido a estas variações instrumentais, Booth e Richard (1998) criaram um índice somatório dos três indicadores e "descobriram que confiança interpessoal tem impacto limitado na geração de apoio à democracia". Seligson (1999) também confirma tal resultado afirmando que "mesmo quando os vieses introduzidos pela construção do questionário são controlados, confiança interpessoal continua a oferecer resultados decepcionantes".

Um acréscimo à bateria foi feito por Stolle e Welzel (2000) que passou a fazer distinção entre dimensões do conceito de confiança interpessoal: uma confiança generalizada como propensão individual para confiar especificamente em desconhecidos e pessoas de outros países e não apenas em pessoas em

geral, e com isto resta uma confiança personalizada, que corresponderia a uma propensão individual para confiar em pessoas conhecidas de seu núcleo de convivência próximo.

Stolle e Welzel (2000) ainda afirmou que “pessoas que aderem a associações tendem a confiar mais em estranhos do que cidadãos que não aderem” (p. 7). Há um viés de seleção nos participantes de associações cívicas, e não um acréscimo na confiança no plano individual dos membros das associações.

Como se vê, existem diversos estudos sobre a forma de mensuração do nível de confiança interpessoal e os resultados são desconcertados. De acordo com Rennó (2000), isto pode estar ligado à possibilidade de haver uma segunda dimensão do conceito de confiança interpessoal que não é incorporada pelas formas tradicionais de se mensurar esse conceito e, portanto, pode levar os estudos que ignoram essa multidimensionalidade a resultados equivocados.

4.2) A segunda dimensão

Rennó (2000) traz uma discussão interessante e muito produtiva em termos acadêmicos, pois propõe que:

“uma característica comum a todas as formas tradicionais de mensuração da confiança interpessoal, é que o conceito é visto como unidimensional. No entanto, é possível que esse pressuposto não seja realista. Confiança interpessoal, como outras formas de comportamento político, pode ter dimensões distintas e as formas correntes de mensurá-la não levam essa multidimensionalidade em consideração” (p.793).

Existe na literatura apenas uma diferenciação entre possíveis dimensões da confiança interpessoal: a distinção entre confiança generalizada e confiança personalizada (Stolle e Welzel, 2000, p. 80). A primeira refere-se a formas de confiança interpessoal

que se expandem para além da esfera privada, da vida particular. A segunda restringe-se à órbita da vida particular.

Esta distinção está presente desde os estudos pioneiros de Almond e Verba (1981), porém em termos de operacionalização de variáveis acaba por ser desprezada pelos pesquisadores, sendo focado apenas o lado generalizado. De fato, essa é uma estratégia razoável, pois confiança particularizada deve, na verdade, apenas exercer impacto negativo no apoio à democracia.

A falha nos resultados encontrados em pesquisas relacionadas à confiança interpessoal pode estar ligada a outra esfera de classificação do conceito; a confiança generalizada pode ser diferenciada em avaliações de como as pessoas em geral são dignas de confiança, e essa é a forma como o conceito é geralmente medido, mas também em autojulgamentos acerca da magnitude de confiança que o entrevistado tem das outras pessoas. Ou seja, na forma tradicionalmente utilizada, pergunta-se indiretamente sobre quão confiáveis as pessoas são em geral, mas ignora-se o importante fato de o indivíduo admitir quanto ele tende a confiar em outras pessoas.

A primeira forma de classificação do conceito, costumeiramente mensurada, reflete uma visão sobre confiança interpessoal externa e é limitada a avaliações do ambiente externo onde o indivíduo está inserido. A segunda dimensão, explorada neste estudo, refere-se a sentimentos internamente construídos acerca da confiabilidade transmitida por outras pessoas.

“Essa nova dimensão enfatiza a intensidade com que indivíduos admitem que vêem outras pessoas como confiáveis. Parece-nos que, por ser mais direta, e por referir-se a auto-avaliações acerca de outras pessoas em lugar de sensações generalizadas e, portanto,

pouco precisas acerca do ambiente externo, a nova medida de confiança interpessoal pode oferecer resultados mais consistentes” (Rennó, 2000, p. 792).

É interessante ressaltarmos que “esta distinção entre as dimensões interna e externa da confiança interpessoal foi explorada no começo dos anos 70, por um grupo de psicólogos” (MacDonald Jr. *et alii*, 1972). Na época, os autores estudaram a influência de distintas formas de mensuração da confiança interpessoal sobre padrões de comunicação de assuntos íntimos. Confiança interpessoal medida através de sua dimensão interna é um dos componentes centrais do aumento da comunicação de assuntos privados. A operacionalização desta variável centra-se na mensuração direta de expectativas individuais acerca do comportamento de outros. Um dos achados principais desse estudo é que as duas dimensões da confiança interpessoal não estão correlacionadas, portanto referem-se a conceitos distintos e com capacidades explicativas diferenciadas.

4) Engajamento cívico versus ativismo político

Por engajamento cívico definem-se todas as atividades realizadas pelo cidadão em prol de um bem comum de sua comunidade, enquanto que por ativismo político chamam-se as atividades políticas realizadas por este mesmo cidadão. O ativismo político pode ser considerado como uma das formas de mensuração / demonstração de engajamento cívico, porém nunca podemos afirmar que o engajamento cívico se reduz exclusivamente ao ativismo político.

Booth e Richard (1998) levantam a hipótese de haver mais de uma dimensão no conceito de engajamento cívico. De acordo com estes autores, a participação em diferentes classes de associações afeta o ponto de vista

individual sobre o sistema político de várias maneiras. Com isto, eles trazem a idéia de que diferentes formas de envolvimento em ações coletivas geram diversos efeitos na opinião individual e no comportamento político.

Disto tudo é bom frisar que:

“...indivíduos que participam de diferentes formas de mobilização coletiva, não estão somente envolvidos por uma única dinâmica, comparada a forma tradicional de ativismo, mas provavelmente sua visão sobre o sistema político é bem distinta daqueles que não o fazem” (Rennó, 2000, p. 799).

Conceitualmente falando, a forma tradicional de engajamento cívico pode ser dividida em três classes: Classe 1 (Grupos jovens, grupos de esporte e grupos culturais) oferece oportunidades de lazer aos seus membros. Para Uslander (1999, p. 69) “a participação neste tipo de classe serve como treinamento gradual para participação em atividades interativas onde é privilegiado o lugar da distribuição de informação entre os membros”. Na Classe 2 (associação de pais, associação de vizinhos, grupos de igreja). Negócios com problemas em comum são a chave principal desta classe. Estas associações servem de arenas para debates de atividades / problemas comuns. “Neste tipo de associação há um acréscimo do ativismo político nos seus membros e conseqüentemente sua demanda por instituições democráticas eficientes” (Rennó, 2000, p. 787). E ainda temos a Classe 3 (partidos políticos e grupos de trabalho). Aqui a ligação se dá pela sintonia político-partidária e ideologia política. Não há somente a distribuição de informação entre seus membros, mas também serve de base para participação política ativa, seja em nível local ou nacional.

A razão para esta diferenciação conceitual reside no fato de que a diversidade de objetivos, bem como a

diversidade de estruturas organizacionais permitem esta grande variabilidade, e em cada nível de participação cívica se dá uma etapa para o envolvimento do cidadão e da base de seu sistema democrático, seja ele mais ou menos capitalizado socialmente.

Metodologia e análise de dados

Amostra

Este estudo foi realizado com uma amostra de 2.449 entrevistados da cidade de Juiz de Fora – MG. A técnica de amostragem utilizada nesta pesquisa foi probabilística aleatória de múltiplos estágios.

Sendo inicialmente utilizada a amostragem aleatória simples por área, onde cada sujeito residente de um determinado local tinha a mesma chance de ser sorteado que outro residente em outro ponto da cidade. Esta técnica é uma variação da amostragem aleatória simples e normalmente é utilizada quando “não se conhece a totalidade dos componentes da população, ou esta é passível de ser encontrada mais facilmente, por meio de mapas cartográficos ou fotos aéreas” (Marconi & Lakatos, 1999, p. 58).

O critério de seleção da amostra, no estágio inicial, foi realizado a partir da utilização de mapas cartográficos fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) referentes ao Censo demográfico do ano 2000. Isto contribuiu muito para o desenvolvimento da pesquisa por estarmos trabalhando com dados bem recentes e atuais.

Dentre os entrevistados não havia qualquer restrição quanto ao sexo, porém só era realizada a entrevista com pessoas acima de 16 anos, idade mínima para o exercício do voto no Brasil, não havendo um limite superior de idade.

Materiais

Para este estudo utilizamos um questionário com 223 questões relativas a assuntos diversos relacionados ao comportamento político. Dentre elas, 21

questões nos interessavam diretamente, pois relacionavam-se à identificação sociogeográfica da entrevista, em nível de confiança interpessoal e do engajamento cívico.

Podemos afirmar que nosso instrumento era fidedigno, ou seja, apresentava um bom grau de consistência interna entre as questões relativas a cada variável, tanto com relação à mensuração do nível de confiança, quanto ao nível de engajamento cívico apresentado pelos entrevistados. Nosso critério de fidedignidade utilizado foi o alfa de Cronbach¹, que em ambas as variáveis atingiu níveis aceitáveis estatisticamente: confiança interpessoal (0.6592) e engajamento cívico (0.7705).

Os materiais utilizados na pesquisa foram cópias impressas do questionário (2500), canetas esferográficas azuis para a aplicação do questionário por parte dos entrevistadores (450), pranchetas para apoio do questionário (200), plástico para crachás dos entrevistadores (200), “jacaré” para fixação dos crachás dos entrevistadores (200) e folhas de ofício para preenchimento de fichas de controle de qualidade das entrevistas a serem preenchidas pelos supervisores (50) e outras anotações necessárias.

O material humano utilizado foi por volta de 215 universitários, de vários cursos, treinados para duas funções distintas: entrevistadores (200) e supervisores (15).

A logística utilizada no desenvolvimento do trabalho contou com o apoio do CAEd (Centro de Avaliações e Medidas em Educação) da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora.

Este estudo teve como órgãos de fomento a University of Pittsburgh e a

¹ Alfa de Cronbach: o valor ideal deste critério de fidedignidade é igual a 0.7, porém até 0.65 é aceitável como fidedigno.

University of Houston, que financiaram o pagamento do material e das pessoas envolvidas no trabalho.

Procedimento

O estudo se baseou numa técnica de amostragem que segue vários estágios, a fim de randomizar a amostra e obter resultados mais precisos, com uma menor interferência do entrevistador.

Os passos operacionais desta 1ª fase foram em direção da busca de mapas cartográficos que expusessem a totalidade da população a ser investigada e que retratassem de forma atual a situação e a distribuição geográfica da mesma. De posse destes mapas cedidos pelo IBGE/JF (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística de Juiz de Fora), utilizamos a mesma divisão da cidade realizada pelo IBGE, feita por setores próximos, o que facilitaria o deslocamento do entrevistador e reduziria gastos, e ainda aumentaria a área de cobertura da pesquisa.

Feita a divisão, passamos ao segundo estágio da técnica utilizada, que seria a seleção do domicílio² a ser entrevistado. Cada setor possuía uma quantidade variável de quarteirões numerados em ordem crescente. O entrevistador deveria iniciar pelo quarteirão número 1 (um) e iniciar uma contagem neste, isto é, ele deveria começar pelo ponto inicial do setor, previamente marcado no mapa, e contar até o sexto domicílio. Este seria o local da entrevista, porém a seleção parte para o terceiro estágio após a localização da residência.

O próximo estágio é a seleção do entrevistado. O entrevistador deveria fazer uma listagem de todas as pessoas que moravam naquele domicílio e

estavam presentes no momento da entrevista, juntamente as datas de aniversário de todo os presentes. O entrevistado seria escolhido de acordo com esta data, dentre os presentes o escolhido era aquele que havia feito aniversário mais recentemente.

Esta forma de seleção nos trouxe alguns problemas, como um aumento excessivo da população de mulheres na amostra, enviesando esta, bem como uma dificuldade para obter entrevistados cuja faixa etária estivesse abaixo dos 20 anos.

Para tentar amenizar o problema, acrescentamos um novo estágio à seleção do entrevistado, que seria a determinação do sexo proporcionalmente aos dados fornecidos pelo IBGE apurados no Censo de 2000 para determinada região.

Este estágio fixava a proporção de homens e mulheres que seriam entrevistados, ou seja, se em determinada região a proporção entre mulheres e homens fosse de 2:1 (lê-se: dois homens para uma mulher), o entrevistador faria a primeira entrevista com qualquer sexo, a segunda também com qualquer sexo, porém a terceira deveria ser o sexo complementar da proporção.

Vamos exemplificar para ficar mais claro. Em um determinado setor a proporção era de 2:1 (lê-se: dois para um) homens por mulheres. Sendo a primeira entrevista livre com uma mulher, restaria para serem entrevistados 1 (um) homem e 1 (uma) mulher. A segunda também seria livre e, sendo esta com um homem, a terceira obrigatoriamente deveria ser com um homem, para completar a proporção.

Resultados

Para oferecer subsídios a estudos subseqüentes sobre o comportamento eleitoral, está sendo realizada a presente pesquisa, buscando definir a dimensionalidade do conceito de confiança interpessoal e sua correlação

² Domicílio: O IBGE define como Domicílio o local estruturalmente separado e independente, que se destina a servir de habitação a uma ou mais pessoas, ou que esteja sendo utilizado como tal na data de referência do Censo.

com a participação de cidadãos em movimentos políticos. Esta base tem possibilidades futuras de um estudo longitudinal que serviria para testar a estabilidade temporal do instrumento utilizado e até mesmo uma tentativa de validação do mesmo como forma de mensuração do conceito de confiança interpessoal em suas dimensões.

As entrevistas foram realizadas durante o mês de março do ano 2002. A seguir, indicamos os principais resultados desta primeira fase do estudo e na parte final apontamos as considerações parciais que serão ampliadas em estudos subseqüentes, retratando o quadro atual do comportamento eleitoral na cidade de Juiz de Fora.

Vamos trabalhar aqui com distribuições de frequências com bases em entrevistas válidas e respondidas, por isto pode haver uma pequena variação quanto ao número bruto de entrevistados de cada item.

O indicador socioeconômico utilizado neste estudo foi a escolaridade. Dentre os entrevistados válidos (2.419), no que se refere ao nível de escolaridade encontrou-se que 26,1% possuem o ensino médio completo; 13,5% possuem a 4ª série do ensino fundamental, 9,6% possuem superior incompleto, 8,9%, ensino fundamental completo e 8,3%, superior completo.

As frequências encontradas sobre o conceito de confiança interpessoal foram as seguintes: 95,4% possuem muita ou alguma confiança em sua família – Tabela 2 -, 70,9% dos indivíduos acreditam que seus amigos são de muita ou de alguma confiança.

Por outro lado, os dados revelaram que 62,1% das pessoas que foram entrevistadas acreditam que sua SPM³ é

de pouca ou nenhuma confiança. Os desconhecidos também estão descredenciados, 90,8% atribuíram pouca ou nenhuma confiança a eles. Ainda tivemos 84,2% afirmando que os políticos são de pouca ou nenhuma confiança.

E num patamar mediano se encontraram os vizinhos que tiveram um percentual de 54,0% de muita ou alguma confiança atribuída a eles. E ainda as redes de tv, com 58,5% dizendo que são de pouca ou nenhuma confiança.

A outra variável de estudo foi o engajamento cívico. Aqui encontrou-se que dentre os entrevistados 82,1% nunca trabalharam para algum candidato em qualquer eleição. Paralelamente, 89,2% afirmaram que nunca trabalharam para algum partido político.

Quanto ao grau de engajamento em uma causa política, 67,3% nunca tentaram convencer alguém a votar em seu candidato. Também foi encontrado que 74,8% nunca colocam adesivos em sua casa ou carro e 80,6% nunca colocam faixas políticas.

E finalizando nossos dados, 56,1% nunca assiste a debates, reuniões de partido ou comícios.

Outros dados apurados por nossa pesquisa foram quanto à participação dos entrevistados em atividades que não tenham ligação com a política, a fim de testarmos argumentos elaborados por Putnam.

Dos entrevistados, 86,2% nunca participaram de reuniões da SPM, nem de sua direção. Com relação ao engajamento em outras causas, encontramos que 78,4% nunca se afiliaram a clube de esportes, 61,9% nunca participaram de grupos de Igreja. É bom destacar que aqui se excluem cultos ou missas. Perguntávamos de grupos de encontros. Dentre nossos entrevistados, 88,7% nunca participaram de sindicatos e 94,1%

³ SPM: Sociedade Pró-Melhoramentos do bairro. É uma associação de bairro que visa ao bem comum da comunidade e busca junto à prefeitura trabalhar no sentido de obter benefícios para aquela região.

nunca participaram de partidos políticos.

Após um tratamento estatístico com o SPSS (Software Package Social Statistics) encontramos alguns dados. Fizemos uma análise fatorial do conceito de confiança interpessoal para avaliar a existência das duas dimensões e obtivemos um resultado que confirmou nossa hipótese bidimensional do conceito.

Também verificamos a correlação entre as variáveis, confiança generalizada versus confiança particularizada, confiança generalizada versus engajamento cívico e confiança particularizada versus engajamento cívico, através do teste de correlação de Pearson.

Encontramos relações estatisticamente significantes nas duas primeiras testagens, isto é, a confiança generalizada é correlacionada tanto à confiança particularizada quanto ao engajamento cívico. Em ambas as correlações o resultado encontrado foi positivo, o que nos permite afirmar que quanto maior o nível de confiança generalizada, maior será o nível de confiança particularizada, e ainda a relação entre confiança generalizada e engajamento cívico é diretamente proporcional.

Já a relação entre confiança particularizada e engajamento cívico não mostrou nenhuma significância estatística.

Discussão

De acordo com os resultados anteriormente relatados, algumas observações tomam certo destaque. Quando falamos da variável confiança interpessoal percebemos que à medida que nos afastamos do núcleo familiar (micronúcleo – confiança particularizada) em direção ao núcleo externo (macronúcleo – confiança generalizada), há um decréscimo no nível de confiança interpessoal.

Tomando alguns exemplos dos dados encontrados, podemos afirmar que indicadores típicos destas duas dimensões existentes no conceito de confiança interpessoal são a díade família-desconhecidos, que se situam em extremos opostos de um mesmo continuum.

Analisando a variável engajamento cívico, percebemos um grande (des)engajamento com assuntos políticos. Há um desinteresse muito grande pelo assunto. Dentre nossos indicadores, o único que se aproximou da média aritmética foi a audiência/participação de debates ou comícios, mas mesmo assim é muito alta a frequência de quem nunca participa/participou.

Com isto podemos fazer algumas referências ao que afirmava Putnam (1995). Nosso estudo vem reforçar o que Putnam chamava de “bowling alone”, ou seja, a existência de uma tendência de afastamento de atividades sociais, e mais acentuadamente com relação a atividades ligadas à política.

Uma inferência nossa é que de acordo com as classes de engajamento cívico, as pessoas não passam pelas fases iniciais e talvez por isso não estejam atingindo o nível de engajamento necessário para participar de atividades políticas. Percebe-se um afastamento geral de atividades sociais.

Alguns indícios foram encontrados por nosso estudo. Primeiramente podemos afirmar que realmente existem duas dimensões no conceito de confiança interpessoal. Nosso questionário possuía alguns itens que se correlacionavam com maior incidência em diferentes dimensões.

A primeira dimensão encontrada foi a confiança particularizada, com a qual as questões 15a (família), 15b (amigos), 15c (vizinhos) se relacionavam diretamente formando um núcleo centrado no círculo da esfera privada.

A outra dimensão encontrada foi a confiança generalizada. Nesta dimensão os itens que se correlacionaram com melhor desempenho foram as questões 15g (políticos), 15h (tv), 15f (pessoas desconhecidas), o que nos sugeriu um indicador em pessoas que estão para além da esfera da vida privada.

E ainda encontramos uma questão que parece se correlacionar com ambas as dimensões e, portanto, não é um bom discriminador, entre elas a questão 15d (Membros da SPM do bairro). Acreditamos que esta questão não é um bom discriminador por apresentar características pertinentes e não-excludentes das duas dimensões conceituais.

Finalizando, podemos afirmar que existe uma correlação entre os conceitos de confiança particularizada e generalizada, assim como entre os conceitos de confiança generalizada e engajamento cívico, porém entre confiança particularizada e engajamento cívico não existe qualquer relação estatística. Isto nos permite afirmar que a confiança particularizada não exerce qualquer influência sobre o engajamento cívico e vice-versa.

Um bom exemplo desta não-relação são os próprios dados obtidos; a média de confiança particularizada foi bem alta enquanto o nível de engajamento cívico foi muito baixo, mostrando não terem qualquer relação.

Logo podemos afirmar que como a relação entre confiança generalizada e engajamento cívico foi positiva, isso quer dizer que quando há mais confiança generalizada há também mais engajamento cívico. O sinal da relação indica a direção da mesma. Este achado confirma pesquisas anteriores que dizem que confiança generalizada é que faz a diferença, e não confiança particularizada.

Considerações finais

Este estudo que atende à finalidade de ordem acadêmica teve o sentido de

avaliar o conceito de confiança interpessoal e engajamento cívico, bem como estabelecer alguma possível correlação entre eles.

Aqui não cabe um fechamento de todos os questionamentos que surgiram durante o caminhar do processo, porque o objetivo deste estudo é ser exploratório levantar dúvidas, possibilidades e possíveis soluções, às vezes sobre a situação social do país.

Algumas observações gerais ultrapassaram os limites dos objetivos já realizados. Os resultados possibilitam um desenho interessante e atual da população investigada, que era representativa da cidade de Juiz de Fora.

O presente estudo oferece subsídios para efetivar uma proposta de atuação em termos investigativos futuros. É algo que objetiva um aprimoramento teórico e prático quanto as possíveis formas de mensuração do capital social evitando mensurações aproximadas, não tão válidas e fidedignas.

A instituição de maior confiança foi a família, enquanto, por outro lado, aquela que foi considerada de menor nível de confiança foram as pessoas desconhecidas.

Percebeu-se também que não é uma prática muito comum, nos tempos de hoje, o trabalho para candidatos ou partidos políticos. Assim como também a colagem de adesivos ou usos de faixas políticas. Isto pode fornecer uma base de discussão em uma perspectiva de investigação sobre qual o perfil do trabalho para instituições políticas, visto que estas práticas não são muito utilizadas.

Outro dado importante que sugere mudanças e reflexões sobre a prática política está ligada a não-audiência de debates e comícios, deixando uma questão no ar: o que pode ser feito para que se atinja um número maior de eleitores, para que estejam melhor informados e conseqüentemente em

melhor condição de exercer seu direito de voto? Isto reflete diretamente sobre o processo democrático e a estabilidade do sistema.

Um grande campo de estudo se abriu ao se constatar que realmente está havendo um afastamento das pessoas em relação às práticas engajadas sociais, e restam questionamentos sobre os motivos deste des (engajamento) e quais suas influências no futuro democrático do país.

Até que ponto já não é hora de se partir para uma estimulação desde cedo às práticas sociais a fim de se obterem cidadãos mais conscientes e que saibam o que devem fazer.

Algumas conclusões foram claras no término deste estudo. A primeira afirmação possível de se fazer é que realmente existem duas dimensões no conceito de confiança interpessoal, uma delas denominada confiança particularizada, que tinha relação com a esfera privada do entrevistado (família, amigos, vizinhos). Enquanto a outra dimensão encontrada foi chamada confiança generalizada. Nesta dimensão os itens que se correlacionaram com melhor desempenho foram os políticos, as redes de TV, pessoas desconhecidas, o que nos sugeriu um indicador de confiança em pessoas que estão para além da esfera da vida privada.

Outra observação importante foi que quanto maior o nível de confiança generalizada, maior será o nível de confiança particularizada, e vice-versa. Ou seja, estes conceitos, apesar de apresentarem dimensões diferentes, caminham juntos e se amparam oportunizando que as pessoas mais confiantes sejam de fato mais confiantes nos próximos e nos distantes.

Percebeu-se também que a relação entre confiança generalizada e engajamento cívico é diretamente proporcional, ou seja, quanto maior a confiança generalizada maior será o nível de engajamento cívico e talvez por

isso mais confiável seja o sistema político, pois com esta participação direta do cidadão ampliam-se os horizontes em termos de uma possível estabilidade.

Ainda se pode dizer que não foi encontrada nenhuma significância entre relação de confiança particularizada e engajamento cívico, isto é, a confiança particularizada não influencia no sistema democrático.

Quando falamos da variável confiança interpessoal, percebemos que à medida que nos afasta do núcleo familiar (micronúcleo – confiança particularizada) em direção ao núcleo externo (macronúcleo – confiança generalizada) há um decréscimo no nível de confiança interpessoal.

Analisando a variável engajamento cívico, percebemos um (des) engajamento com assuntos políticos. Isto pode estar ligado ao fato de as pessoas não passarem pelas fases iniciais e talvez por isso não estejam atingindo o nível de engajamento necessário para participarem de atividades políticas. Aqui fica outra possibilidade de estudos futuros.

Esta investigação se propôs a compreender a teia de relações intrincadas que envolve o sistema político na relação com variáveis psicológicas, para também perceber em que medida o espaço privado é potencialmente acessível, em atendimento ao conjunto das dimensões que implicam a adequação entre eleitores e democracia.

Referências:

- Almond, G. & Verba, S. (eds.). (1981). *The Civic Culture Revisited*. Newsbury Park, Ca., Sage Publications.
- Booth, J. & Richard, P. (1998). *Civil Society, Political Capital, and Democratization in Central*

- America. *Journal of Politics*, (60), 780-800.
- Brehm, J. e Rahn, W. (1997). Individual-Level Evidence for the Causes and Consequences of Social Capital. *American Journal of Political Science*, (41), 999-1023.
- Heller, S. (1996). Bowling Alone. *The Chronicle of Higher Education*, A10-A12.
- Inglehart, R. (2000). Global Trends: A Glimpse Ahead - Globalization and Postmodern Values. *The Washington Quarterly*, 23 (1), 215-228.
- MacDonald Jr, A. et alii. (1972). Self-disclosure and Two Kinds of Trust. *Psychological Reports*, 30 (1), 143-148.
- Marconi, M. A. & Lakatos, E. M. (1999). *Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas, elaboração, análise e interpretação de dados* (4º ed.). São Paulo: Atlas.
- Portes, A. & Landholt, P. (1996, jul/dez). The downside of social capital. *The American Prospect*, 26 (94), 18-21.
- Putnam, R (1993). *Making Democracy Work*. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- Putnam, R. (1995). Bowling Alone: America's Declining Social Capital. *Journal of Democracy*, p. 6.
- Rahn, W. M. e Transue, J. E. (1998). Social Trust and Value Change: The Decline of Social Capital in American Youth, 1976-1995. *Political Psychology*, 19(3), 545-566.
- Rennó, L. (2000). Mensurando confiança interpessoal: notas acerca de um conceito multidimensional. *Revista de Ciências Sociais*, 43 (4), 783-803.
- Rose, R. (1998). Getting Things Done in an Modern Anti-Society: Social Capital Networks in Russia. *Social Capital Initiative*. (Working Paper No. 6). Washington, DC: The World Bank.
- Seligson, A. (1999). Civic Association and Democratic Participation in Central America: A Test of the Putnam Thesis. *Comparative Political Studies*, 32(3), 342-362.
- Smith, T. W. (1997). Factors Related to Misanthropy in Contemporary American Society. *Social Science Research*, (26), 170-196.
- Stolle, D. & Welzel, C. (2000). Social Capital, Communitarianism and Human Development: How Threatening is Rising Individual Self-Expression to Social Capital? *Delivery in 96th Annual Meeting*. Washington D.C.
- Uslaner, E. M. (1999). Democracy and Social Capital. In: Warren, M. (ed.). *Democracy and Trust*. Cambridge, Cambridge University Press.